BAHIA FIGHT WEAR LTDA – Análise complementar de capacidade técnica

Em análise anterior, foi constatado que o contrato firmado entre a empresa Bahia Fight Wear LTDA e seu contratante foi assinado em dezembro de 2024, perfazendo, até a presente data, aproximadamente 6 meses de vigência. Tal período é inferior ao mínimo de 12 meses consecutivos de execução exigido pelo edital.

Na ocasião, foram apontadas as seguintes informações ausentes:

- Comprovação de mais de 5.000 acessos mensais à solução;
- Comprovação de volume médio de vendas de R\$ 80.000,00/mês;
- Declaração explícita de integração com meios de pagamento;
- Uso formal do termo SaaS ou descrição equivalente;
- Declaração de finalidade comercial direta (venda online de produtos).

Nos termos do item 3.2.2.1.1 do edital, exige-se:

3.2.2.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 meses, serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, assim considerados como solução de comercialização eletrônica.

a) Quanto às características, considera-se similar a execução dos serviços do tipo de solução de e-commerce que tenha mais de 5.000 acessos mês com um volume de vendas médio de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por mês, incluindo o ambiente tecnológico necessário à operação de vendas on-line de produtos, a infraestrutura e servidor para armazenamento (modelo tipo SaaS – Software as a Service), canal de comunicação com a internet, integração com os formatos de pagamento escolhidos, sistemas de segurança e suporte técnico aos administradores do sistema, não necessariamente com as exatas especificações contidas no Anexo I deste TR. Ressalta-se que o valor requerido para o volume de vendas médio corresponde à 50% da média atual da Livraria.

Os documentos complementares recentemente apresentados pela empresa esclarecem os seguintes pontos:

- Declaração explícita de integração com meios de pagamento (cartões, boletos, PIX, carteiras digitais);
- Reconhecimento formal do modelo de operação como SaaS (Software como Serviço);

- Declaração de uso da plataforma para comercialização direta de produtos pela internet.

Contudo, as informações críticas abaixo continuam ausentes:

- Comprovação técnica ou documental de mais de 5.000 acessos mensais à plataforma;
- Evidência de volume médio de vendas de, no mínimo, R\$ 80.000,00 por mês;
- Comprovação da execução contratual por 12 meses consecutivos.

Assim, embora os novos documentos tenham suprido parte das exigências técnicas, os principais elementos quantitativos e temporais permanecem não comprovados. A ausência desses dados impede a aferição da capacidade técnica conforme as condições estabelecidas no edital.

Diante disso, conclui-se que os documentos apresentados, ainda que complementares, **são insuficientes para comprovar integralmente a capacidade técnica da empresa** nos moldes exigidos pelo certame.

TINTAS BARROS (ALOB COMÉRIO DE TINTAS) – Análise complementar de capacidade técnica

Conforme análise anterior, foi verificado que o contrato firmado com a empresa ALOB (Tintas Barros) foi assinado em março de 2025, o que perfaz, até a presente data, **aproximadamente 4 meses de vigência contratual, período inferior ao mínimo de 12 meses consecutivos** de execução exigido pelo edital.

Naquela oportunidade, foram identificadas as seguintes informações ausentes:

- Comprovação de mais de 5.000 acessos mensais;
- Comprovação de volume médio de vendas de R\$ 80.000,00/mês;
- Declaração explícita de integração com meios de pagamento;
- Menção a sistemas de segurança da informação;
- Uso formal do termo SaaS ou descrição equivalente;
- Declaração de finalidade comercial direta (venda online de produtos).

A empresa apresentou, posteriormente, documentos complementares que permitiram o saneamento parcial das exigências, nos seguintes termos:

- Comprovação de acessos mensais: O relatório técnico registra 195 acessos em uma hora, projetando mais de 150.000 acessos mensais. Embora a projeção numérica da licitante contenha pequeno desvio aritmético, o volume informado supera com folga o mínimo exigido de 5.000 acessos/mês.
- Integração com meios de pagamento: A declaração identifica compatibilidade com múltiplos meios, incluindo cartões de crédito, boletos, PIX e carteiras digitais (PagSeguro, Mercado Pago).
- Modelo SaaS: O modelo de fornecimento da solução foi expressamente identificado como Software como Serviço (SaaS), com recursos de hospedagem em nuvem, suporte técnico remoto e licenciamento recorrente.
- Finalidade comercial direta: A plataforma é descrita como voltada à comercialização direta de produtos, com funcionalidades típicas de e-commerce (loja virtual, carrinho de compras, emissão de comprovantes).

Apesar dos avanços, **permanecem ausentes as seguintes informações essenciais:**

- Prazo mínimo de 12 meses consecutivos de execução contratual: O contrato, assinado em março de 2025, ainda não atingiu a duração mínima exigida, tampouco foram apresentados documentos que comprovem execução contratual progressiva somável e consecutiva.

- Comprovação de volume médio de vendas de R\$ 80.000,00/mês: Nenhum documento comprova transações ou faturamento mensal que atenda a esse parâmetro de desempenho, conforme exigido no edital.
- Sistemas de segurança da informação: Os documentos complementares não mencionam ou descrevem políticas ou mecanismos de segurança aplicados à solução (como criptografia, autenticação, backups ou conformidade com LGPD).

Os documentos adicionais apresentados pela ALOB permitiram suprir quatro dos seis itens originalmente pendentes, qualificando melhor a solução quanto aos aspectos técnicos operacionais. Contudo, permanecem não comprovadas as exigências relativas à duração mínima da execução contratual, ao volume financeiro das vendas mensais e à segurança da informação.

Dessa forma, **a capacidade técnica da empresa ainda não está comprovada de forma integral**, conforme os critérios estabelecidos no edital do certame.

Pendência de documentos relacionados à análise de exequibilidade

Adicionalmente, cumpre destacar que, diante da expressiva diferença entre os valores propostos pela licitante e o valor estimado pela Administração, foi identificada a necessidade de apuração da exequibilidade relativa da proposta, conforme autorizado pelo edital e pelo art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, foi oportunizado à empresa o envio de documentos complementares, com o objetivo de demonstrar a viabilidade econômico-financeira da proposta apresentada. Todavia, até o presente momento, os seguintes documentos, considerados essenciais para afastar a presunção de inexequibilidade, não foram submetidos. Conforme apontado no último parecer técnico:

Além disso, não foram submetidos os seguintes documentos, considerados essenciais para afastar a presunção de inexequibilidade relativa que recai sobre a proposta. In verbis:

Documentos a Serem Solicitados à Empresa:

- 1. Planilha detalhada de formação de preços, contendo a descrição dos custos diretos (como mão de obra, infraestrutura tecnológica, ferramentas, licenças, serviços de nuvem, hospedagem, segurança da informação) e custos indiretos (encargos, tributos, margem de lucro, despesas administrativas).*
- 2. Memória de cálculo ou estudo de viabilidade financeira, explicando a metodologia utilizada para composição do preço ofertado e a sustentabilidade econômica da execução contratual.*
- 3. Declaração formal, assinada por representante legal, de que os valores propostos contemplam todos os encargos legais, técnicos, operacionais, tributários e administrativos necessários para a execução do objeto contratado, sem prejuízo à integridade ou continuidade dos serviços.*
- 4. Justificativa técnica e estratégica indicando como a empresa consegue prestar o serviço por valor tão inferior à estimativa oficial. A explicação pode incluir:*
  - Existência de infraestrutura tecnológica já paga ou em operação (servidores próprios, licenças vitalícias, código reutilizável, equipe já contratada);*
  - Estratégias de mercado ou comerciais (ex.: posicionamento institucional, entrada em novo segmento público, ganho reputacional);*

- *Economia de escala ou reaproveitamento de componentes utilizados em outros projetos similares;*
  - *Redução deliberada de margens visando benefícios indiretos ou de longo prazo.*
5. *Documentos comprobatórios que sustentem as alegações apresentadas, tais como:*
- *Contratos de aquisição ou licenciamento já pagos;*
  - *Notas fiscais ou comprovantes de infraestrutura já amortizada;*
  - *Contratos de serviços em andamento que justifiquem diluição de custos;*
  - *Dados financeiros ou contábeis que demonstrem a viabilidade da operação no valor proposto.*

Conclusão Geral – Análise Documental Complementar e Exequibilidade

Embora tenham sido sanadas algumas pendências técnicas apontadas inicialmente, a documentação permanece insuficiente para comprovar, de forma integral, a capacidade técnica exigida pelo edital, nos seguintes termos:

- Nenhum documento comprovou a execução contratual por período mínimo de 12 meses consecutivos, conforme estabelecido no item 3.2.2.1.1 do edital;
- Ambas deixaram de comprovar o volume médio de vendas mensais de R\$ 80.000,00, elemento central para aferição de compatibilidade com o objeto licitado;
- Em relação à Bahia Fight, tampouco foi comprovado o volume mínimo de 5.000 acessos mensais à plataforma.

Adicionalmente, observa-se que a proposta apresentada pela licitante apresenta valores significativamente inferiores à estimativa de preços oficial, o que enseja presunção de inexecutabilidade relativa, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e do item 10.2.3 do edital.

Apesar disso, não foram apresentados documentos complementares requisitados para afastar essa presunção.

Orientações à COPEL

Embora devidamente alertada sobre os indícios de inexequibilidade relativa da proposta apresentada, a empresa não apresentou qualquer documentação ou justificativa técnica que comprovasse a viabilidade econômico-financeira do valor ofertado, tampouco demonstrou intenção de sanar as inconsistências apontadas.

A ausência de resposta ou manifestação formal reforça a presunção de inexequibilidade, especialmente considerando que os documentos solicitados, como planilha de formação de preços, estudo de viabilidade, justificativas técnicas e comprovações financeiras, não foram sequer parcialmente apresentados.

Diante disso, recomenda-se à COPEL que avalie se ainda há fundamento legal e processual para conceder nova oportunidade de complementação documental, com base no estágio do certame e no princípio do formalismo moderado.

Caso se entenda que a empresa já foi suficientemente oportunizada a se manifestar e permaneceu omissa, é cabível a desclassificação da proposta, com fundamento nos itens 10.1.5.4 e 10.2.3 do edital e no artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.